

Assédio sexual: o alto custo de ser mulher em um ônibus da América Latina

(El País, 08/09/2014) Uma pesquisa feita pela ONG Action Aid em quatro estados do Brasil revelou que 44% das mulheres já sofreram assédio sexual no transporte público. Mas esse não é um problema apenas para mulheres brasileiras. Relatos de assédio em Buenos Aires e Cidade do México, por exemplo, ilustram a realidade de insegurança no sistema de transporte público na América Latina. Nos oito primeiros meses de 2014, foram detidas 129 pessoas por esse tipo de comportamento nos sistemas de transporte coletivo em Bogotá, Colômbia, de acordo com dados da polícia local.

Acesse a íntegra no Portal Compromisso e Atitude: [Assédio sexual: o alto custo de ser mulher em um ônibus da América Latina \(El País, 08/09/2014\)](#)

‘Mulheres rompem o muro do silêncio’, diz Jacqueline Pitanguy

(Tribuna do Norte, 07/09/2014) “Quando temos um número crescente de registros de violência, não necessariamente é porque a violência está aumentando; tem de se considerar também que é porque as mulheres estão registrando, estão rompendo aquele muro de silêncio”, afirma Jacqueline Pitanguy fundadora da ONG Cepia.

Acesse a íntegra no Portal Compromisso e Atitude: [‘Mulheres rompem o muro do silêncio’, diz Jacqueline Pitanguy \(Tribuna do Norte, 07/09/2014\)](#)

Leia também: [5 em cada 10 pessoas conhecem uma mulher que já sofreu violência doméstica](#)

301 mulheres têm número de celular divulgado em falsa lista virtual de prostituição

(Correio Braziliense, 07/09/2014) Desde a última quarta-feira, circula na internet uma lista com 301 nomes e telefones de mulheres de 12 Estados e do Distrito Federal. No título, elas são definidas como “piranhas”, profissionais do sexo, separadas em normais e de luxo e com preços distintos de programas. Após a divulgação nas redes sociais, as mensagens e as ligações para elas - pelo menos duas estudantes e uma nutricionista - não param.

Entre elas, oito moram em Brasília. Uma delas, de 19 anos, diz que o telefone chega a travar tantas são as mensagens que chegam no Whatsapp. “Tive que excluir o aplicativo”, conta. “Mesmo assim, mandam mensagem e ligam.” A garota afirma que a lista começou em janeiro e que ela e as outras sete acham que foi um conhecido em comum delas. “Começou como uma brincadeira, as mais bonitas de Brasília e todo lugar, e agora virou isso de prostituição”, reclama.

Após mais de 500 mensagens de Whatsapp e 60 ligações, algumas agressivas - “um morador de Teresina (PI) me ligou, eu neguei que era prostituta e ele ficou enfurecido. Disse que eu o estava enganando”, recorda -, ela e uma amiga, também presente na lista, decidiram ir à polícia. Na Delegacia Especial de Atendimento à Mulher (Deam), tentaram registrar um Boletim de Ocorrência, mas os policiais afirmaram que elas precisavam encontrar um site com a lista ou mudar de chip, pois eles não poderiam fazer nada sobre o

Whatsapp. “Acho um absurdo eu ter de mudar algo meu, já que a culpa não é minha”, disse a amiga.

A dupla relata que, na Deam, os policiais afirmaram ter cerca de 15 denúncias do mesmo tipo. Embora a Divisão de Comunicação da Polícia Civil (Divicom) não tenha um número exato de ocorrências, informou, por meio de nota, um registro na 21ª Delegacia de Polícia (Taguatinga Sul). A denunciante tem 21 anos e faz as mesmas reclamações das ouvidas pela reportagem. Segundo a Divicom, “a ocorrência foi devidamente registrada e está em apuração na Seção de Investigação da unidade policial”.

Guilherme Pera e Manuela Alcântara

Acesse o PDF: [301 mulheres têm número de celular divulgado em falsa lista virtual de prostituição \(Correio Braziliense, 07/09/2014\)](#)

“Machista, fora da lista”, por Mabel Azcui

(El País, 05/09/2014) Os bolivianos estão demonstrando [nesta campanha eleitoral](#) que o machismo já não tem espaço na política do país. Esta semana, vários protestos populares conseguiram a segunda renúncia de um candidato à Assembleia Legislativa por supostamente agredir sua esposa. Aos gritos de “machista, fora da lista”, grupos de mulheres saem há dias às ruas de La Paz para exigir que os líderes políticos que concorrem às eleições presidenciais e legislativas de 12 de outubro façam propostas concretas para proteger as bolivianas.

A Bolívia (10,5 milhões de habitantes) é o país de América Latina com maior número de casos violência física contra as mulheres e o segundo com mais violência sexual, segundo as Nações Unidas. Só em Cochabamba, no primeiro semestre de 2014, registraram-se 21 mortes de mulheres nas mãos de seus

parceiros ou ex-parceiros. Em todo o país morreram 60 mulheres nesse período.

Diante da magnitude do problema, o Defensor Público Rolando Villena e a Assembleia Permanente de Direitos Humanos —formada por associações civis— solicitaram [ao Governo de Evo Morales](#) que declare estado de alerta máximo, o que pressupõe maior controle policial e a criação de campanhas de conscientização contra a violência machista. “Exigimos do Ministério da Justiça, dos governos e das prefeituras a declaração imediata de alerta máxima em relação à violência contra as mulheres como mecanismo de emergência para enfrentar as causas dessa pandemia que está afetando mais da metade da população boliviana”, sustenta Villena.

Os protestos, em diversos pontos do país, pedem a aplicação de políticas para evitar a violência machista e favorecer a igualdade de homens e mulheres, ao mesmo tempo em que repudiam as expressões sexistas dos políticos. O candidato a senador por Cochabamba pelo governista Movimiento Al Socialismo (MAS, presidido por Evo Morales), Ciro Zabala, levantou uma onda de críticas depois de dizer, há duas semanas, que as roupas provocativas e o consumo de álcool por parte das mulheres favorecem que se cometa crimes contra elas.

As manifestações conseguiram que Adolfo Mendoza, o senador do MAS eleito por Cochabamba, renunciasse a seu cargo —no fim de julho passado— depois que sua esposa o denunciou por maus tratos. Curiosamente, Mendoza foi um dos incentivadores da lei que castiga a violência contra as mulheres, aprovada em 2013.

Na terça-feira passada foi a vez de Jaime Navarro, candidato a deputado pela Unidad Demócrata (UD, de centro) por La Paz. A divulgação de um áudio no qual a esposa do político diz ao próprio Samuel Doria Medina (candidato à presidência pela Unidad Demócrata) que Navarro bateu nela em duas ocasiões desatou a indignação. Depois de afirmar sua inocência, o candidato anunciou sua renúncia para, explicou, proteger sua família e o próprio Doria do que qualificou de “uma guerra suja” de seus adversários para impedir seu triunfo eleitoral.

A ex-presidenta da Câmara dos Deputados, Rebeca Delgado, garante que os candidatos à presidência como Doria Medina e Evo Morales também deveriam renunciar a suas candidaturas: “São as principais autoridades que promovem a zombaria contra as mulheres e apresentam uma atitude machista que contribui para a violência contra elas”, sustenta. Morales já proferiu muitas piadas em público sobre as mulheres.

Acesse no site de origem: [“Machista, fora da lista”, por Mabel Azcui \(El País, 05/09/2014\)](#)

Bancada feminina comemora sanção de lei que institucionaliza Ligue 180

(Câmara Notícias, 05/09/2014) Serviço que atende e orienta brasileiras em situação de violência passará a ser operado diretamente pelo Executivo e, em consequência, à Secretaria de Políticas para as Mulheres.

Acesse a íntegra no Portal Compromisso e Atitude: [Bancada feminina comemora sanção de lei que institucionaliza Ligue 180 \(Câmara Notícias, 05/09/2014\)](#)

Como se proteger: 10 aplicativos

e sites que combatem a violência contra a mulher

(M de Mulher, 05/09/2014) Violência doméstica, psicológica e virtual, conheça 10 aplicativos para smartphones e sites para denunciar, compartilhar e combater a violência contra a mulher. Segundo dados publicados pela Organização das Nações Unidas, uma em cada dez mulheres já sofreu algum tipo de abuso até os 20 anos de idade, ou seja, cerca de 120 milhões de jovens em todo o mundo. Conhecer os mecanismos de defesa é importante para que as mulheres possam se proteger.

Acesse a íntegra no Portal Compromisso e Atitude: [Como se proteger: 10 aplicativos e sites que combatem a violência contra a mulher \(M de Mulher, 05/09/2014\)](#)

Prefeitura cria ranking para reduzir violência obstétrica em SP

(Folha de S. Paulo, 04/09/2014) Após ser pressionada pelo Ministério Público Federal, a Prefeitura de São Paulo tem feito ações para reduzir a [violência obstétrica](#) em oito maternidades públicas.

Além de treinamento, uma das medidas adotadas em abril deste ano foi fazer um ranking com os profissionais de saúde que mais fazem [episiotomia](#) - corte feito entre a vagina e o ânus da parturiente supostamente usado para facilitar a saída do bebê durante o parto normal. O resultado, segundo a gestão Fernando Haddad (PT), foi reduzir pela metade o procedimento entre abril e junho.

De acordo com levantamento da Secretaria Municipal da Saúde, a média de episiotomias nessas instituições era de 22% e caiu para 11% neste período, ou seja, de 214 episiotomias para 125 ao todo.

No caso das mães em primeira gestação, a redução foi ainda maior: 17,56%. A OMS (Organização Mundial da Saúde) determina critérios e cautela para a adoção do procedimento, mas ele acontece de forma rotineira nas maternidades públicas e privadas.

A maternidade que mais conseguiu redução foi a do hospital Tide Setúbal, em São Miguel Paulista, na zona leste de São Paulo. Em abril, dos 156 partos normais, 44 gestantes sofreram o corte. Em junho, dos 185 partos realizados na unidade, 12 contaram com episiotomia.

O hospital do Campo Limpo, na zona sul de SP, foi o único que não apresentou melhoras nos índices de episiotomia. Para Anatalia Lopes de Oliveira Basile, coordenadora geral do programa da prefeitura Parto Seguro, isso ocorre provavelmente porque a unidade funciona como hospital-escola. “Não queremos mais que as mulheres sejam usadas como objeto para ensinar os estudantes”, diz.

Segundo ela, alunos, professores e profissionais de saúde – desde médico a técnicos de enfermagem – têm sido orientados e assinam que estão cientes sobre a lei municipal 15.894/13, de humanização do parto.

O ranking, diz a coordenadora, tem ajudado a restringir a violência obstétrica, que inclui também agressões verbais e psicológicas à mulher. “Fizemos uma tabela por profissional mostrando o número de partos versus o número de episiotomias e abordamos um por um. Os dados ficam com a supervisão, mas isso têm chamado à atenção deles”, comenta.

PRONTUÁRIOS MAIS DETALHADOS

Os prontuários médicos também foram modificados e os profissionais de saúde passam a ser obrigados a preencher e justificar a necessidade dessa e de outras intervenções, como o uso de ocitocina (medicamento usado para acelerar o parto) e de amniotomia (rompimento artificial da bolsa). Os médicos também têm que justificar quando é feita uma cesárea e é avaliado

se havia mesmo a indicação da cirurgia.

A prefeitura tomou as medidas após a Procuradoria instaurar no início do ano um inquérito civil público para apurar relatos de violência obstétrica na rede pública e privada de saúde. De acordo com a pesquisa “Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado”, divulgada em 2010 pela Fundação Perseu Abramo, uma em cada quatro mulheres sofre algum tipo de violência durante o parto.

A procuradora da República Ana Carolina Previtalli Nascimento diz que o retorno por enquanto veio apenas da rede municipal. “Os hospitais privados ainda não acataram essa questão. Parece que preferem fechar os olhos em relação ao problema”, comenta.

“Nas maternidades que adotam o programa, as chances de a mulher ter uma cesariana ou uma episiotomia são muito menores que em maternidades privadas, as quais ainda relutam em manter qualquer tipo de controle e fiscalização quanto aos abusos de intervenções médicas durante o parto, chegando a taxas de cesarianas e episiotomias superiores a 90%”, afirmou.

OUTRAS MEDIDAS

Anatalia Basile diz que as gestantes também são informadas sobre a lei e seus direitos no momento que dão entrada na maternidade. “O respeito à paciente começa com a informação. Não informar já é uma violência obstétrica”, comenta.

Ela conta que três das oito maternidades já têm dado cursos para a mulher se preparar antes do parto sabendo as melhores posições para aliviar as contrações, como respirar durante o trabalho de parto e a fazer um plano de parto, onde determinam o que querem no parto, como se querem se alimentar durante o trabalho de parto, quem será o acompanhante, entre outros detalhes que devem ser respeitados pela equipe médica e de enfermagem. Segundo ela, todos os oito hospitais terão o curso ainda neste ano.

A secretaria também adquiriu camas que permitem mudar de posição para ajudar a gestante, além de banquetas para serem usadas na hora do

nascimento. “A gestante pode ficar agachada, sentar na baqueta, orientamos que ela não deve ficar em posição ginecológica para parir, que deve mudar de posição”, explica.

A coordenadora do Parto Seguro diz que a proposta de redução da violência obstétrica também será estendido para as maternidades administradas por OSs (organizações sociais). “Nos reunimos com eles, mostramos as iniciativas que fizemos e demos o prazo de três meses para que mostrem as ações que realizaram”, explica.

A Procuradora diz que vai continuar acompanhando os resultados das maternidades públicas e cobrar uma posição das privadas. Em março passado, o MPF abriu um canal para que os casos de violência obstétrica sejam denunciados. “Estamos com cerca de 40 denúncias sendo investigadas”, comenta a procuradora. Os casos podem ser denunciados no [site do Ministério Público Federal](#).

No dia 23 de outubro, a procurada diz que haverá uma audiência pública na Procuradoria para falar justamente sobre a episiotomia.

CONFIRA OS NÚMEROS DE PARTO NORMAIS E DE EPISIOTOMIA

Hospital Tide Setúbal (São Miguel)

Em abril - 156 partos (44 episiotomias)

Em maio - 182 partos (36 episiotomias)

Em junho - 185 partos (12 episiotomias)

Hospital Dr. Waldomiro de Paula (Itaquera)

Em abril - 154 partos (27 episiotomias)

Em maio - 194 partos (21 episiotomias)

Em junho - 172 partos (14 episiotomias)

Hospital Dr. Ignácio Proença de Gouveia (João XXIII)

Em abril - 51 partos (19 episiotomias)

Em maio - 63 partos (19 episiotomias)

Em junho - 48 (8 episiotomias)

Hospital Prof. Mário Degni (Jardim Sara)

Em abril - 102 partos (19 episiotomias)

Em maio - 130 (21 episiotomias)

Em junho - 107 (15 episiotomias)

Hospital Dr. José Soares Hungria (Pirituba)

Em abril - 80 partos (13 episiotomias)

Em maio - 74 partos (11 episiotomias)

Em junho - 72 partos (6 episiotomias)

Hospital Dr. Fernando Mauro Pires da Rocha (Campo Limpo)

Em abril - 122 partos (21 episiotomias)

Em maio - 209 partos (52 episiotomias)

Em junho - 224 partos (40 episiotomias)

Hospital Dr. Arthur Ribeiro Saboya (Jabaquara)

Em abril - 75 partos (12 episiotomias)

Em maio - 81 partos (11 episiotomias)

Em junho - 81 partos (6 episiotomias)

Hospital Dr. Alípio Correa Netto (Ermelino Matarazzo)

Em abril - 232 partos (59 episiotomias)

Em maio - 242 partos (32 episiotomias)

Em junho - 186 (24 episiotomias)

Acesse o PDF: [Prefeitura cria ranking para reduzir violência obstétrica em SP \(Folha de S. Paulo, 04/09/2014\)](#)

ONU: 120 milhões de mulheres sofreram abuso sexual antes dos

20 anos

(O Estado de S. Paulo - 04/09/2014) Levantamento da ONU em parceria com a Unicef, mostra que uma em cada dez garotas com menos de 20 anos já foram forçadas a ter relações sexuais. Os dados divulgados nesta quarta-feira são do ano de 2012 e trazem ainda informações sobre tentativas de homicídio e violência doméstica.

Acesse a íntegra no Portal Compromisso e Atitude: [ONU: 120 milhões de mulheres sofreram abuso sexual antes dos 20 anos \(O Estado de S. Paulo, 04/09/2014\)](#)

Mulheres ainda predominam como vítimas de estupro, ameaça e lesão corporal

(Adital, 04/09/2014) Segundo dados divulgados pelo Dossiê Mulher 2014, ameaça, estupro, tentativa de estupro, homicídio doloso, tentativa de homicídio, lesão corporal dolosa, dano, violação de domicílio, supressão de documento, constrangimento ilegal, calúnia, difamação e injúria. estão entre as principais denúncias de violência contra a mulher no Rio de Janeiro.

Acesse a íntegra no Portal Compromisso e Atitude: [Mulheres ainda predominam como vítimas de estupro, ameaça e lesão corporal \(Adital, 04/09/2014\)](#)

CDH aprova projeto que destina recursos do Funpen para vítimas de exploração sexual e de tráfico de pessoas

(Agência Senado - 02/09/2014) Projeto aprovado hoje pela Comissão de Direitos Humanos prevê que valores arrecadados com multas impostas em casos de peculato, corrupção ativa e corrupção passiva serão destinados à reparação de danos causados pela exploração sexual e tráfico de pessoas.

Acesse a íntegra no Portal Compromisso e Atitude: [CDH aprova projeto que destina recursos do Funpen para vítimas de exploração sexual e de tráfico de pessoas \(Agência Senado, 02/09/2014\)](#)